

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Estado de São Paulo*

Class.: 05

Data: 30 de abril de 1977 (?)

Pg.: \_\_\_\_\_

### Carajás, um projeto impreterível

Embora não se confirme ainda oficialmente a notícia, é bem provável que a United States Steel renuncie ao projeto de exploração do minério de ferro em Carajás, no qual se associa à Companhia Vale do Rio Doce. A empresa norte-americana parece ter-se desinteressado do empreendimento por causa da situação em que se encontra atualmente a indústria siderúrgica mundial e do alto valor dos investimentos, que se estimam em torno de 4 bilhões de dólares. É provável que outras razões tenham também concorrido para a decisão da U.S. Steel. Não nos cabe aqui conjecturar sobre as mesmas. O que importa é ressaltar que o governo brasileiro não se deve deixar abater por esse lamentável recuo da empresa norte-americana que domina grande parte do mercado siderúrgico mundial. Há, felizmente, outros grupos — ingleses, espanhóis, japoneses, etc. — interessados em associar-se à CVRD para levar avante a execução do projeto. Além disso, embora os investimentos sejam vultosos, será possível encetar as obras de infraestrutura — a construção do porto e 890 quilômetros de ferrovia que ligarão Marabá a São Luís —, equivalentes a cerca de 65% dos investimentos globais. As obras deverão estender-se por três ou quatro anos, implicando em trabalhos iniciais demorados, uma vez que a estrada atravessa longos trechos de selva. Como se vê não exigirão, de imediato, grandes recursos. Entrementes, poderão prosseguir as negociações com outras empresas internacionais, com vistas à assinatura de contratos mais vantajosos para o Brasil. Não se deve esquecer que foram descobertas, na região de Carajás, jazidas de vários outros minerais valiosos (entre os quais o manganês, de mais fácil transporte) capazes de atrair investidores internacionais.

O projeto de Carajás não deve ser abandonado por mais esta razão: é importantíssimo para a conquista e a integração da Amazônia na economia nacional. De Carajás irradiar-se-á certamente riqueza para amplas áreas da região, graças sobretudo à construção da ferrovia, que cortará terras livres do Maranhão, propícias à agricultura.

O governo brasileiro deveria reconsiderar talvez toda essa situação, focalizando-a não mais apenas sob o ângulo do minério de ferro, mas de toda a riqueza mineral que abarca. Oferecida ao Exterior, ela certamente atrairá capitais das empresas que se haviam mostrado interessadas em repartir com a U.S. Steel e a CVRD o financiamento do projeto. Seria errado abandonar ou prostrar a execução do empreendimento de Carajás, região cujo minério de ferro apresenta teor dos mais elevados do mundo e cuja localização geográfica abre largas perspectivas de exportação para o mercado europeu e para o mercado do Japão, país ávido dessa matéria-prima. Dentro de alguns anos, Carajás poderá proporcionar-nos a exportação de cinquenta milhões de toneladas, isto é, quase tanto quanto hoje exportamos.

O projeto é vantajoso, econômico, exequível e extremamente importante para a integração de uma vasta região deserta de nosso território, que urge conquistar. É tão econômico que não nos admiraríamos se a U.S. Steel viesse a mostrar-se, mais tarde, novamente interessada em participar de sua execução. Não há dúvida que devemos deixar as portas abertas. Agora, porém, devemos estabelecer outras condições: não atender, por exemplo, às exigências que empresas estrangeiras possam fazer no sentido de controlar importantes cargos de direção do consórcio. Se iniciarmos a obra de Carajás com os recursos de que dispomos, é bem provável que, mais cedo ou mais tarde, empresas estrangeiras venham oferecer-nos o seu concurso.

### Amazônia, agora questão internacional

O senador Luis Vianna Filho afirmou, no Senado, que os estudos para a estruturação de um pacto amazônico, semelhante ao Tratado da Bacia do Prata, não podem ser conduzidos sem um

prévio e amplo debate nacional, que deve começar no Congresso. A iniciativa do Itamaraty de consultar os países vizinhos, Peru, Bolívia, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname, para a formação de um órgão idêntico ao da Bacia do Prata, onde serão discutidos todos os problemas relacionados com a região, já se encontra em fase adiantada e, logo mais, poderão ser adotadas as primeiras providências práticas para sua efetivação. Evidentemente, o assunto deverá ser levado, em última instância, ao conhecimento do Congresso, mas já elaborado sob a forma de projeto de lei. Contudo, dependendo dos artifícios a que tem recorrido ultimamente a administração federal para fugir ao crivo do julgamento parlamentar, talvez não seja esse o trâmite a ser seguido. De qualquer forma, feitas as consultas aos países vizinhos da Bacia Amazônica, e confirmado o interesse do governo federal em liderar um movimento visando à formação de um organismo internacional, idêntico ao do Prata, para coordenar ações e definir política para a região amazônica, nada mais certo e apropriado do que debater-se amplamente o tema em âmbito nacional, reavivando uma questão que, ultimamente, somente tem chegado ao conhecimento da opinião pública sob a forma de divergências de índios e posseiros e de entrevistas contraditórias do sr. ministro do Interior sobre o futuro da população indígena nacional. A idéia de um maior entendimento com os países limítrofes sobre a região amazônica, a conjugação de esforços para seu estudo e exploração econômica racional, a formação, diríamos, de uma espécie de consciência amazônica dos problemas amazônicos, nem sempre, ou quase nunca, compreendidos pelos que, de fora, apenas estudam a área nos livros às vezes superados, somente poderá trazer resultados positivos. Quando Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, enfim todos os Estados que dividem entre si a Bacia Amazônica puderem, ampla e francamente, debater os temas básicos da região e todos disserem o que pensam, será mais fácil evitar desentendimentos e atritos, assim como mais fácil será também definir uma política comum de ocupação econômica da área, que hoje não existe sequer no Brasil. Em princípio, a idéia é construtiva e salutar. Todavia — e aqui voltamos a uma velha tese que jamais nos cansaremos de levantar nestas colunas —, tudo isso precisa ser feito após um amplo debate nacional, no qual sejam ouvidos todos os que estudam a Amazônia — homens e entidades. Estamos cansados de soluções de gabinete, onde, como o demonstraram as últimas decisões de caráter político, falta oxigênio suficiente para alimentar os cérebros e a indispensável vivência da realidade brasileira. Não se pode decretar — é este, infelizmente, o termo exato — uma nova política para a Amazônia. Sabemos, evidentemente, que a constituição de uma comissão internacional integrada pelos países da Bacia Amazônica não significa uma tomada de posição do Brasil diante dos principais temas daquela área. Sabemos também que se trata apenas de um primeiro passo para abertura de uma conversação multilateral entre todos os países amazônicos, evitando o simples diálogo que, frequentemente, chega ao impasse. Entretanto, antes de haver esse diálogo, antes que nos sentemos à mesa com venezuelanos, peruanos, equatorianos, colombianos, é preciso que nós, brasileiros, saibamos exatamente o que pretendemos da Amazônia, o que dela esperamos e o que ela espera de nós. E — esta é a triste verdade neste país de improvisações — não sabemos uma e outra coisa.

Dessa forma, quando o senador Luis Vianna Filho sugere que seja aberto imediatamente um amplo debate sobre a Amazônia, para orientar o nosso diálogo com os países vizinhos, ele está apenas pedindo, mais uma vez, que o governo não nos apresente, mais uma vez, um dos seus famosos e corriqueiros fatos consumados, como foi a Transamazônica. O Brasil propôs a criação de uma Comissão Internacional Mista, em alto nível governamental, para discutir a Amazônia com os países vizinhos. As entidades científicas, os sociólogos, os agrônomos, os economistas, os antropólogos — todos enfim que têm uma colaboração a dar — precisam ser ouvidos antes de qualquer decisão. Dessa consulta, nunca antes realizada, devem surgir as linhas de uma política brasi-